

Pesquisa Realidade e Necessidades

da Gestão Socioambiental

**na Justiça
do Trabalho**

Novembro / 2017

(Atualizada em Maio / 2018)

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Apresentação

A Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho, realizada pela Coordenadoria de Gestão Estratégica do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, contou com a participação das áreas de Gestão Socioambiental dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho durante o período de 17 a 31 de outubro de 2017 e foi atualizada em maio de 2018.

O objetivo da pesquisa foi levantar informações sobre a estrutura e as competências das áreas de gestão socioambiental, bem como avaliar a implementação dos planos de logística sustentável e das políticas de responsabilidade socioambiental com destaque para as boas práticas de sustentabilidade adotadas pelos tribunais.

Este estudo está estruturado em 3 eixos:

- Estrutura e Competências
- Plano de Logística Sustentável
- Política de Responsabilidade Socioambiental

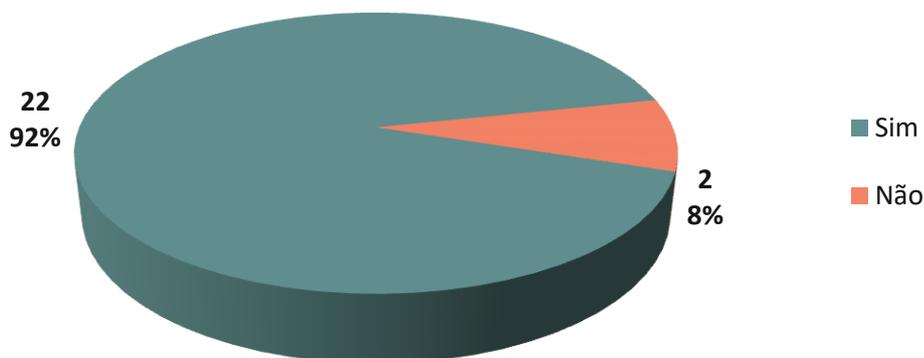
Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Estrutura e Competências

► ITEM 1

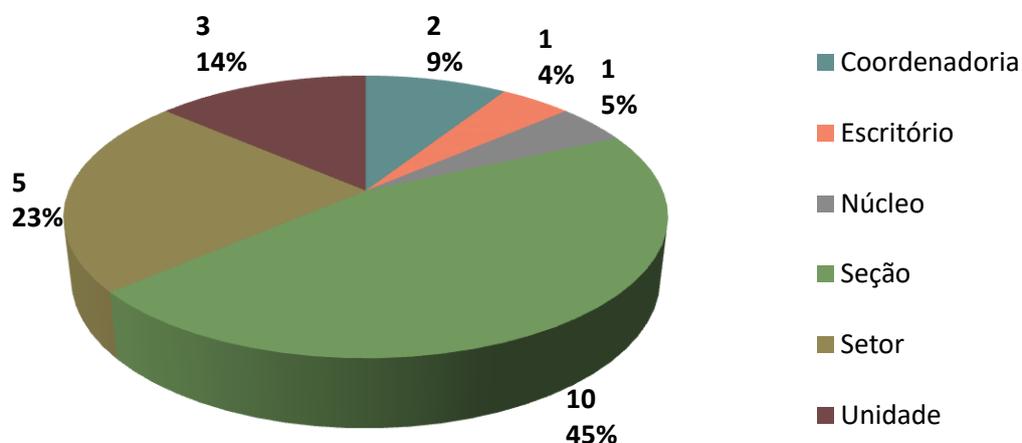
O TRT possui unidade de gestão socioambiental formalmente constituída?

Em 22 TRTs, há área de gestão socioambiental formalmente constituída, enquanto que, em 2 tribunais, essa função ainda está alocada em outras áreas.



► ITEM 1.1

Nome da Unidade

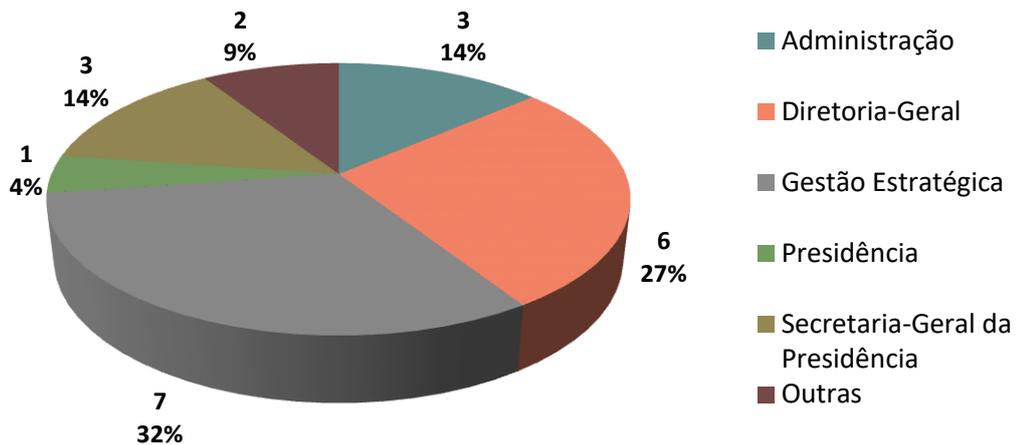


Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Estrutura e Competências

► ITEM 1.2

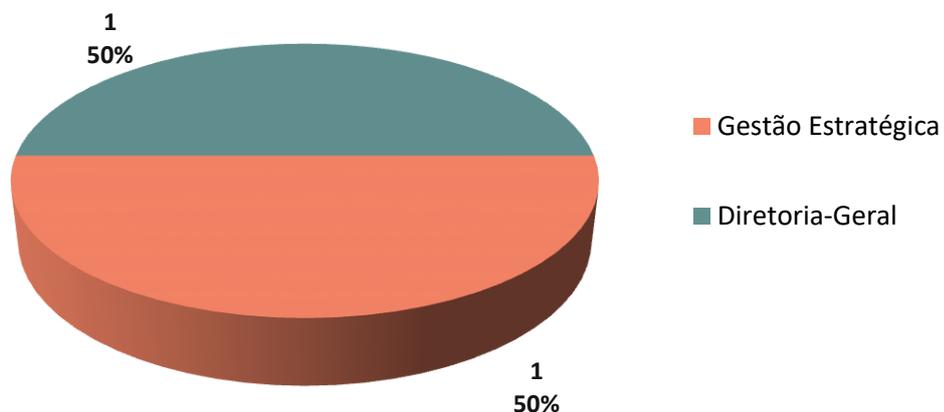
Unidade à qual a área de Gestão Socioambiental está subordinada na estrutura organizacional do TRT



Dentre as 22 áreas de gestão socioambiental que se encontram formalmente constituídas, a maior parte está vinculada à Gestão Estratégica ou à Diretoria-Geral, 32% e 27%, respectivamente.

► ITEM 1.3

Unidade responsável pelo tema



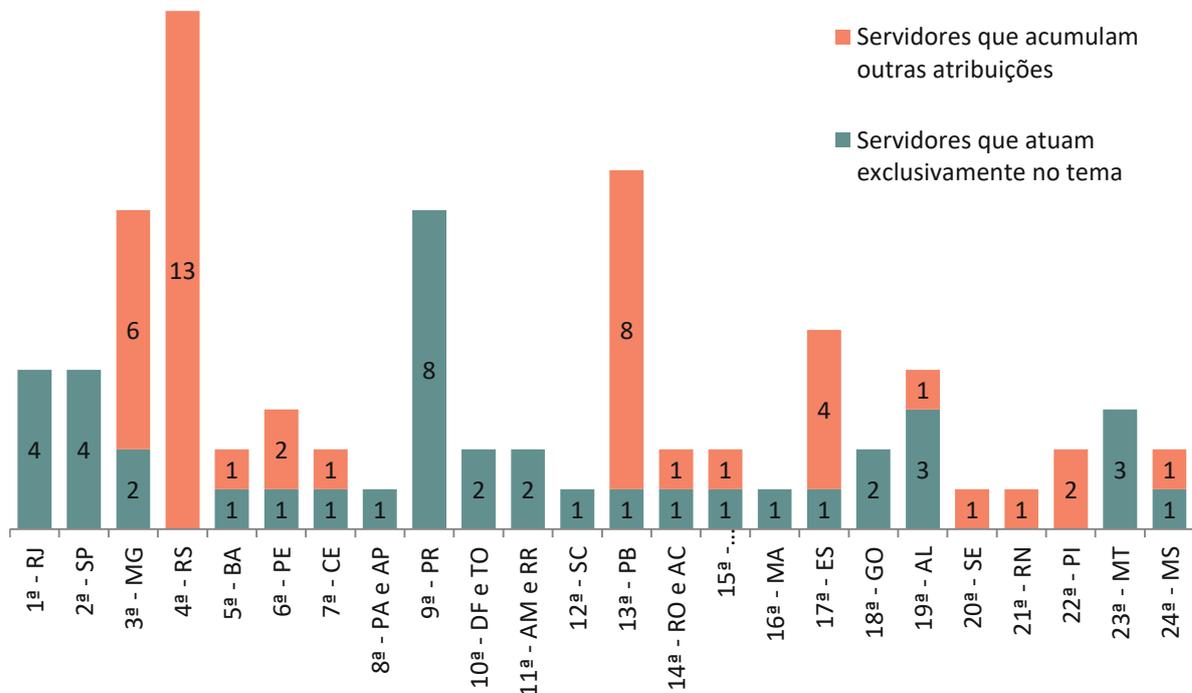
Dentre as áreas que não possuem constituição formal de unidade específica, uma se encontra sob responsabilidade da Gestão Estratégica e outra é gerida pela Diretoria-Geral.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Estrutura e Competências

ITEM 2

Número de servidores que atuam na área de Gestão Socioambiental



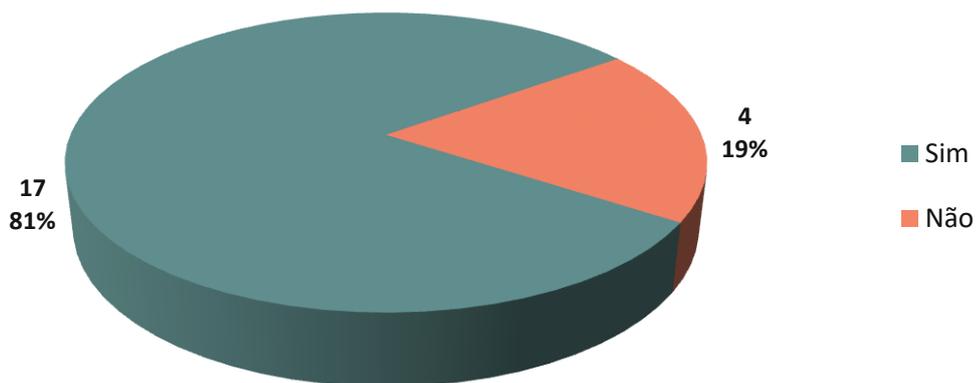
Observa-se que 4 TRTs não possuem servidor atuando exclusivamente na gestão socioambiental, enquanto que em 11 outros tribunais há apenas um servidor nessa condição. Em média, há 4 servidores por Tribunal atuando na área de Gestão Socioambiental. Considerando-se apenas aqueles que atuam exclusivamente no tema, a média é de 2 servidores por unidade de gestão socioambiental. O TRT 9/PR destaca-se por ter a maior equipe com servidores atuando exclusivamente no tema.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Estrutura e Competências

▶ ITEM 3

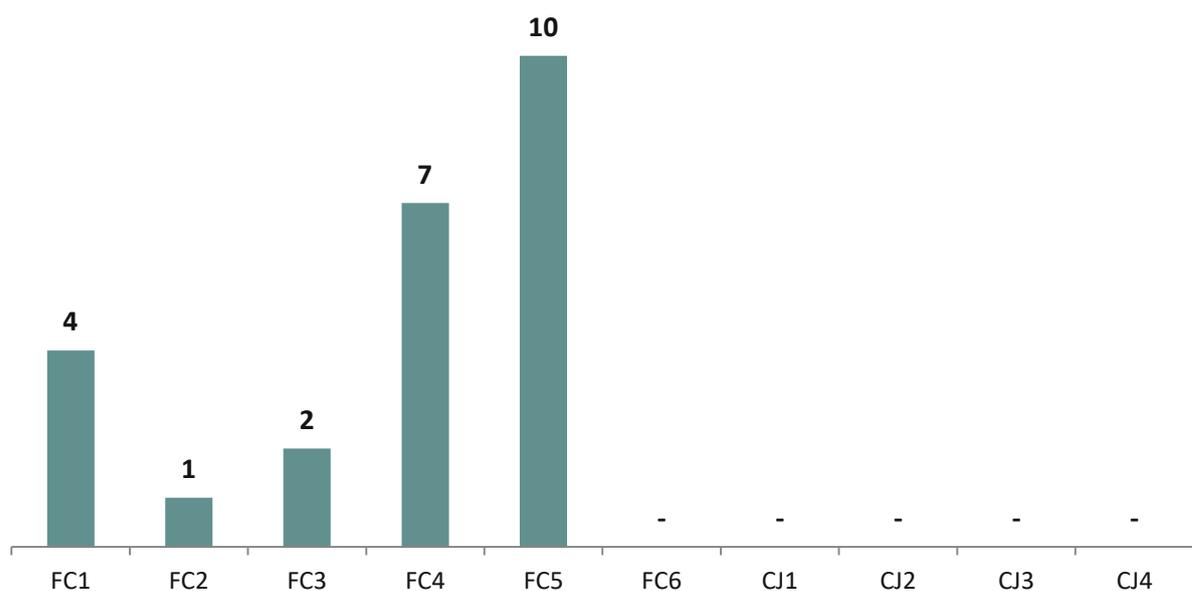
Há cargos em comissão e/ou funções destinados aos servidores que atuam exclusivamente na área de Gestão Socioambiental?



O gráfico acima aponta que 81% dos tribunais oferecem cargos em comissão ou funções a servidores que atuam exclusivamente no tema socioambiental.

▶ ITEM 3.1

Quantitativo de cargos em comissão e funções destinados aos servidores que atuam exclusivamente na área de Gestão Socioambiental

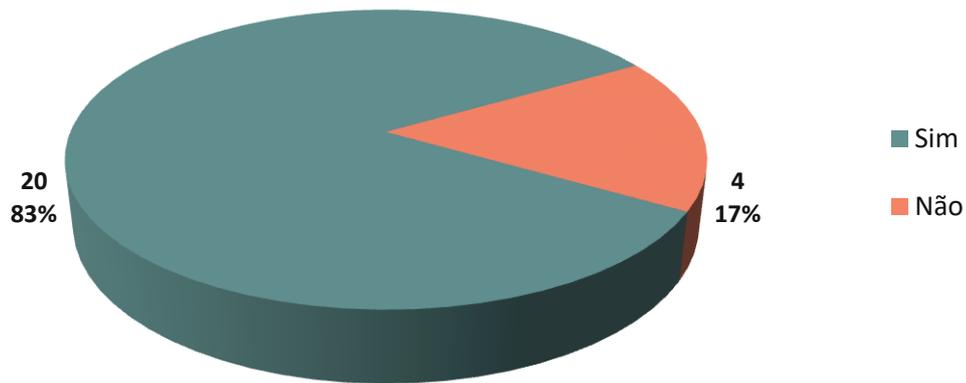


Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

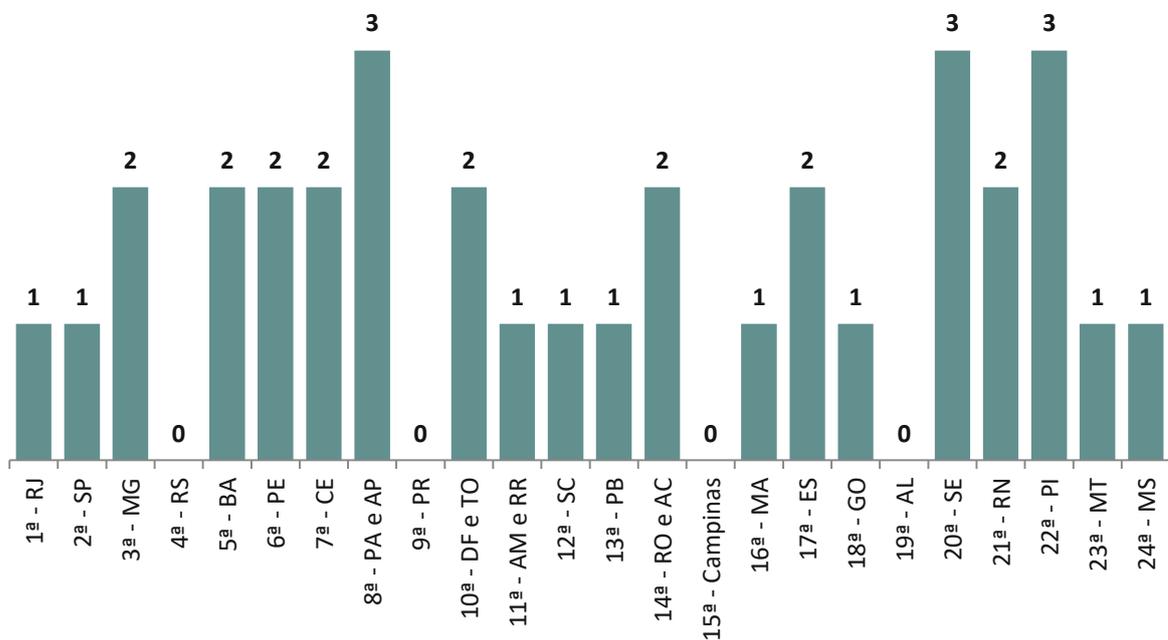
Estrutura e Competências

► ITEM 4

Há déficit de servidores na área socioambiental do TRT?



4.1 – Se sim, de quantos servidores?



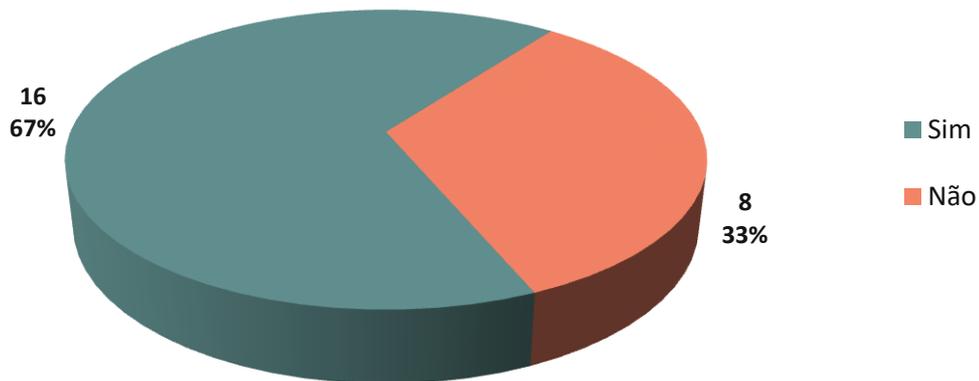
Dos 24 tribunais, 20 identificaram que há déficit de servidores na área socioambiental. De acordo com os respondentes, seriam necessários mais 34 servidores para suprir o déficit em toda a Justiça do Trabalho.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Estrutura e Competências

► ITEM 5

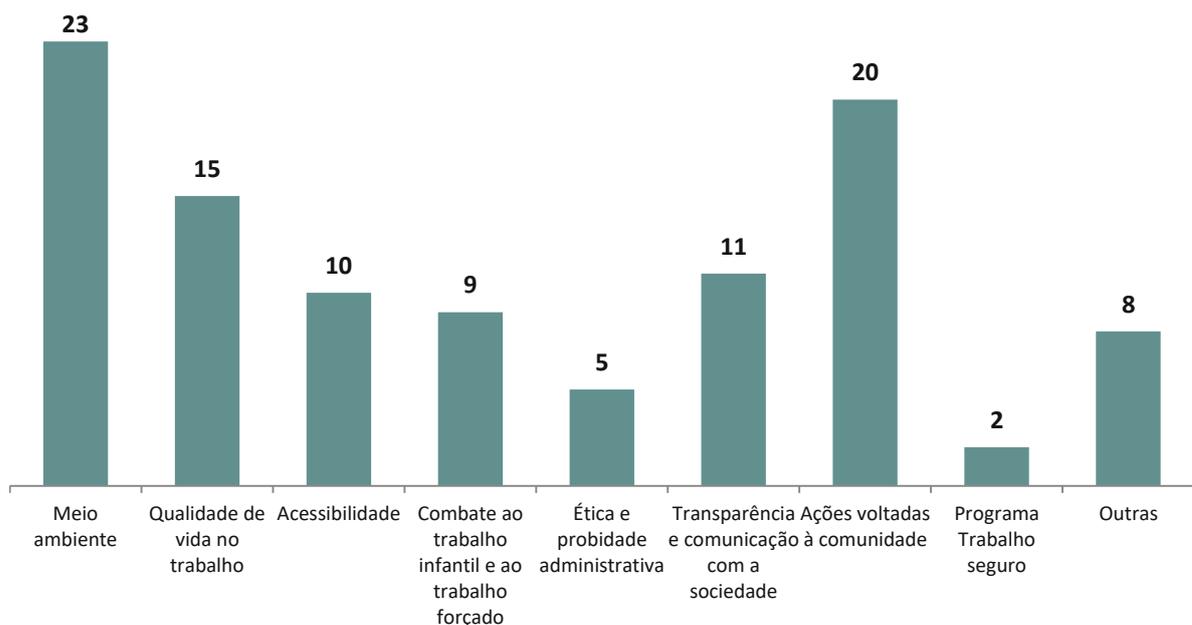
Há magistrado envolvido ativamente nas atividades socioambientais?



Conforme apontado no gráfico acima, 67% dos TRTs têm magistrados envolvidos ativamente nas atividades socioambientais.

► ITEM 6

Competências exercidas pela equipe responsável pela gestão socioambiental



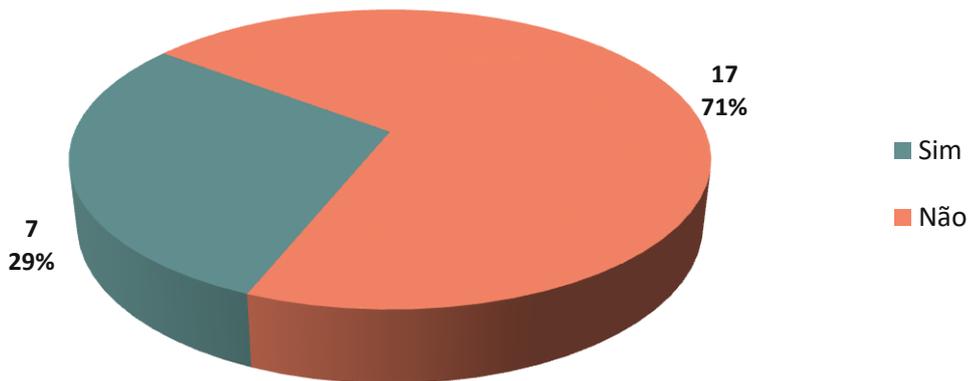
Além do meio ambiente, duas outras competências são exercidas por mais da metade dos regionais: as ações voltadas à comunidade e a qualidade de vida no trabalho.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

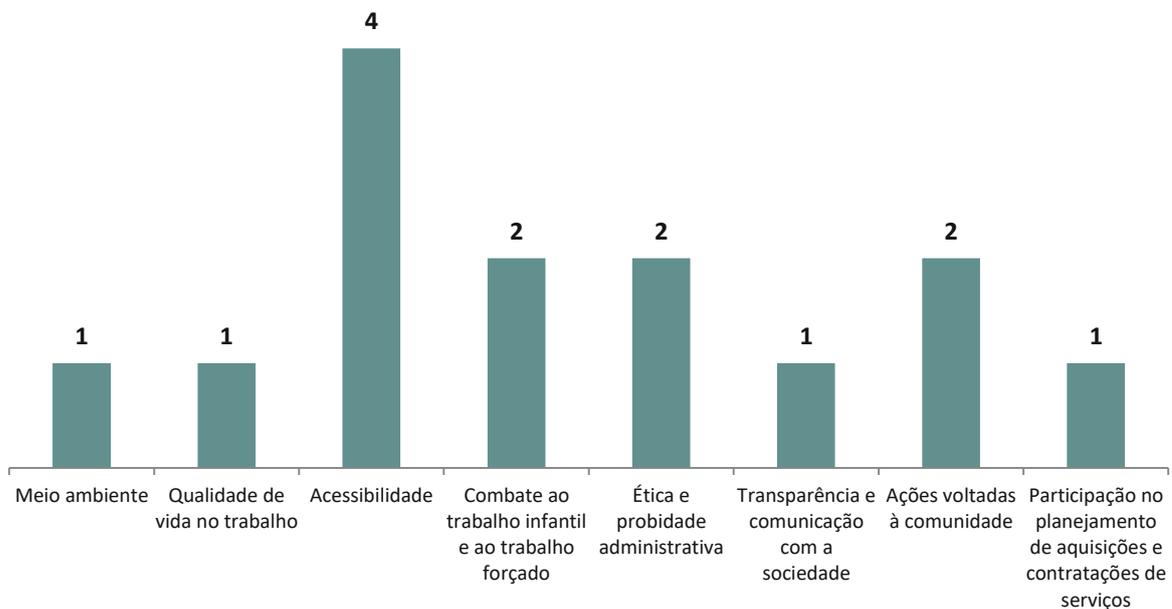
Estrutura e Competências

► ITEM 7

Existem competências que não são exercidas pela equipe responsável pela gestão socioambiental, mas que deveriam ser?



7.1 – Se sim, quais?



O gráfico do Item 7 indica que 29% dos entrevistados acreditam que há competências adicionais que deveriam ser exercidas pelas áreas de gestão socioambiental. Dentre os 7 entrevistados que acreditam que há outras competências que deveriam ser exercidas pelas áreas de gestão socioambiental, 4 opinaram que o tema da acessibilidade seria uma dessas competências.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Estrutura e Competências

► ITEM 8

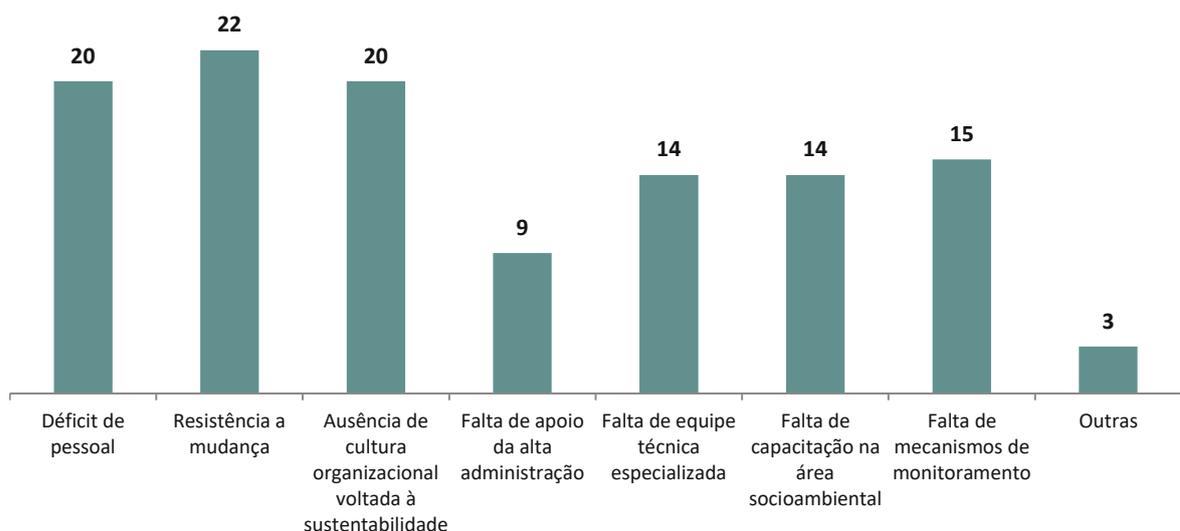
Temas em que há maior necessidade de capacitação



A gestão de resíduos sólidos e as contratações sustentáveis foram os temas para os quais se considerou que há maior necessidade de capacitação.

► ITEM 9

Maiores dificuldades enfrentadas pelo gestor da área socioambiental?



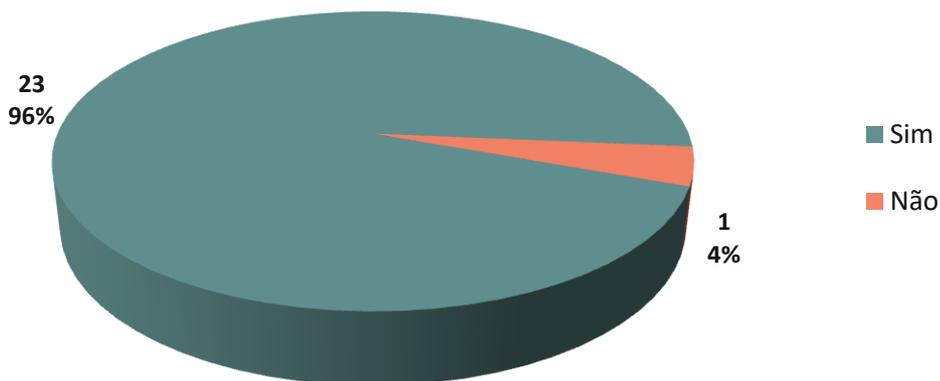
As maiores dificuldades enfrentadas pela área socioambiental, segundo os entrevistados, são a resistência à mudança, o déficit de pessoal e a ausência de cultura organizacional voltada à sustentabilidade.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Plano de Logística Sustentável - PLS

▶ ITEM 10

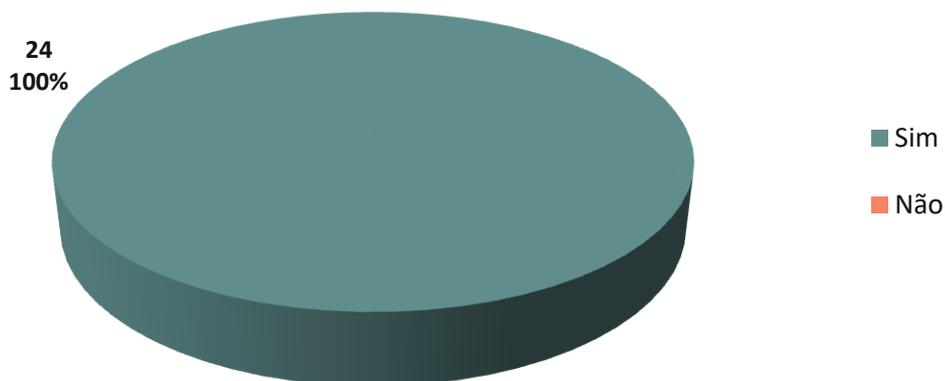
Tribunais Regionais do Trabalho que possuem Plano de Logística Sustentável - PLS



Quase a totalidade dos TRTs possui Plano de Logística Sustentável - PLS, excetuando-se o TRT da 24ª Região, que está em fase final de elaboração do Plano. Além disso, todos os Tribunais possuem Comissão Gestora do PLS.

▶ ITEM 10.1

Tribunais Regionais do Trabalho que possuem Comissão Gestora do PLS

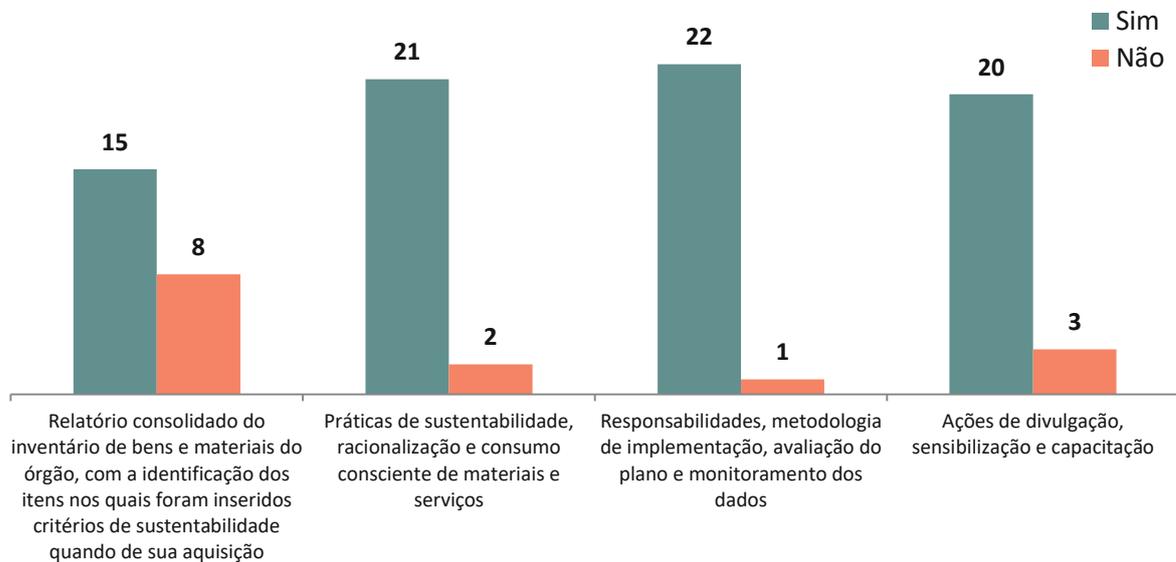


Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Plano de Logística Sustentável - PLS

► ITEM 10.2

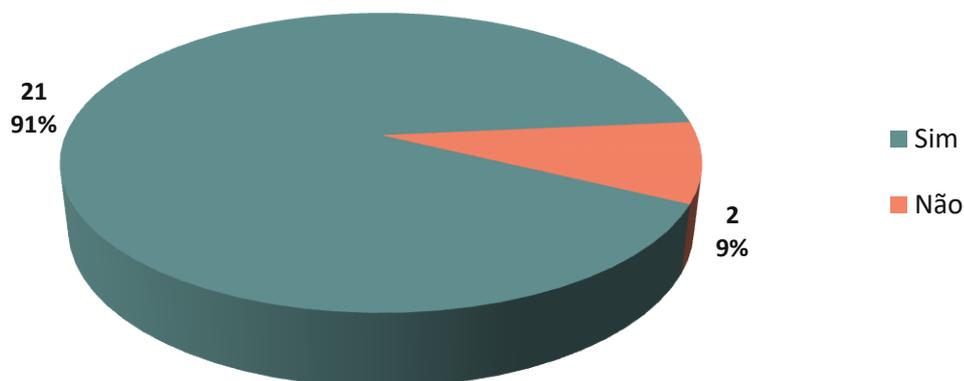
Itens previstos na Resolução CNJ nº 201/2015 que constam do PLS



Dentre os TRTs que possuem PLS, a maior parte contemplou os itens previstos na Resolução CNJ nº 201/2015. O relatório consolidado do inventário de bens e materiais foi o item menos contemplado pelos regionais.

► ITEM 10.3

Planos de Logística Sustentável que foram desmembrados em planos de ação, conforme previsto na Resolução CNJ nº 201/2015



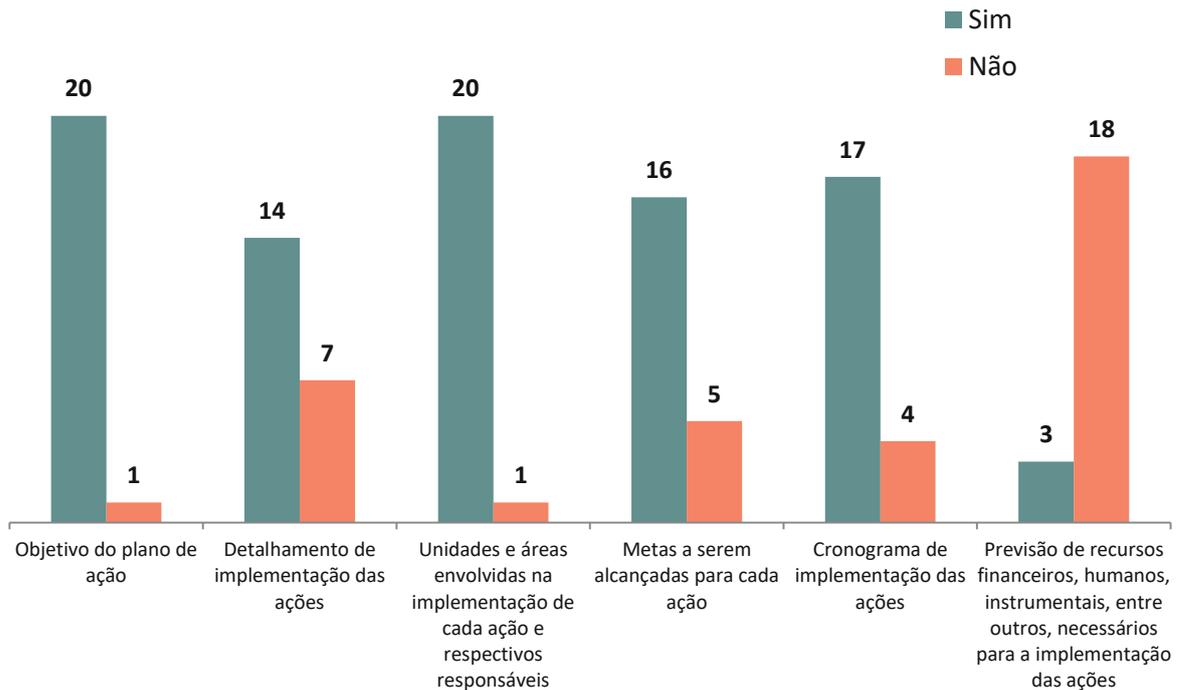
A maior parte dos tribunais desmembrou seus PLS em planos de ação, conforme previsto na Resolução CNJ nº 201/2015.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Plano de Logística Sustentável - PLS

► ITEM 10.3.1

Itens previstos na Resolução CNJ nº 201/2015 que foram contemplados nos planos de ação



Dentre os TRTs que elaboraram planos de ação, a maior parte contemplou os requisitos previstos na Resolução CNJ nº 201/2015, exceto a previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros, necessários para a implementação das ações.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Plano de Logística Sustentável - PLS

► ITEM 11

Boas práticas de uso de materiais realizadas pelos TRTs



No que concerne ao uso de materiais, todos os Tribunais desenvolveram sistemas administrativos informatizados de documentos em substituição aos documentos impressos. Destacam-se ainda a identificação da melhor destinação quando do desfazimento de bens móveis, a preferência por produtos biodegradáveis de limpeza e as campanhas de sensibilização quanto ao consumo consciente do papel e uso do copo descartável; todos realizados por mais de 80% dos tribunais.

► ITEM 12

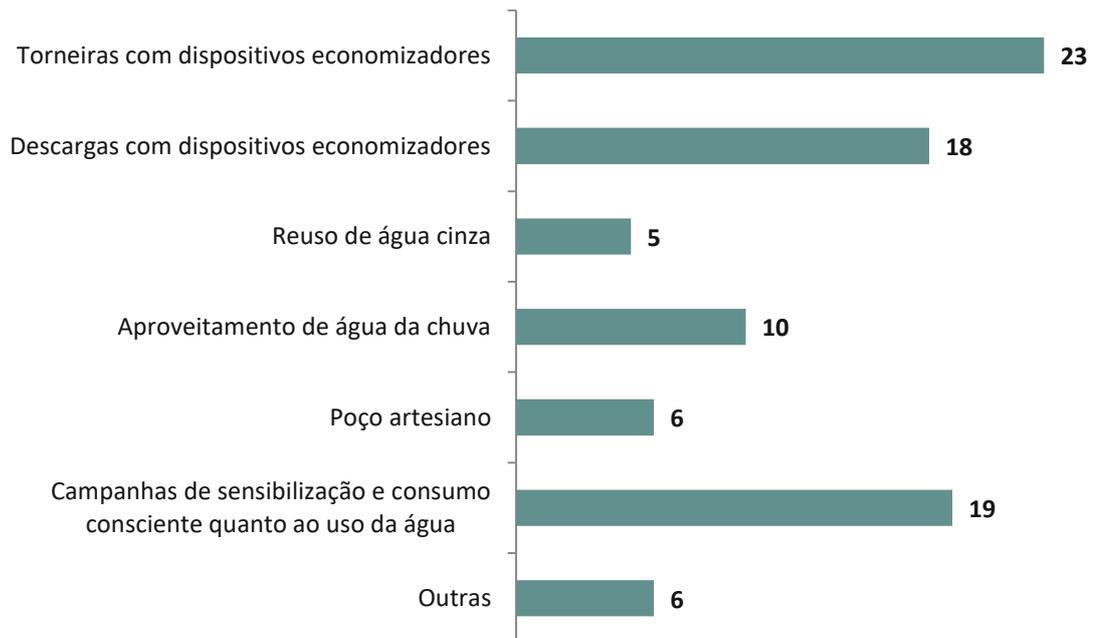
Boas práticas de gestão e uso de energia elétrica realizadas pelos TRTs



Dentre as boas práticas de gestão e uso de energia elétrica, todos os Regionais dão preferência por aparelhos eletrônicos mais eficientes. Destacam-se também a realização de campanhas de conscientização, a substituição de lâmpadas fluorescentes por led e o aproveitamento da luz natural. Embora a captação de energia limpa ainda seja incipiente, já contamos com 4 tribunais que desenvolvem essa iniciativa: os TRTs da 4ª, 8ª, 18ª e 22ª Regiões, Rio Grande do Sul, Pará/Amapá, Goiás e Piauí, respectivamente.

► ITEM 13

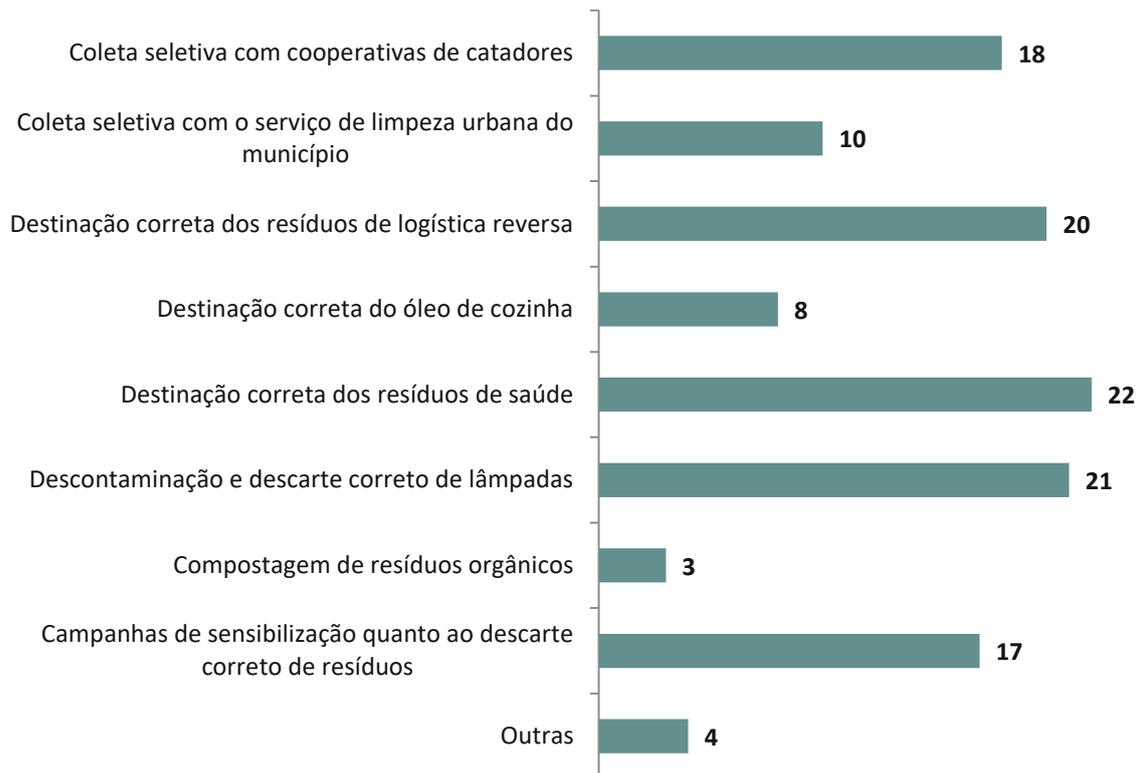
Boas práticas de gestão e uso de água e esgoto realizadas pelos TRTs



Em relação à gestão e uso da água e esgoto, apurou-se que 23 TRTs possuem torneiras e 18, descargas com dispositivos economizadores. Outra iniciativa com bastante adesão pelos tribunais é a realização de campanhas de conscientização quanto ao consumo consciente da água. Destaca-se também que a Justiça do Trabalho já conta com 10 TRTs que têm iniciativas de aproveitamento de água da chuva e 5 que realizam algum reuso de água cinza (água residual proveniente de pias, chuveiros, tanques e máquinas de lavar, exceto dos vasos sanitários).

► ITEM 14

Boas práticas de gestão de resíduos sólidos realizadas pelos TRTs



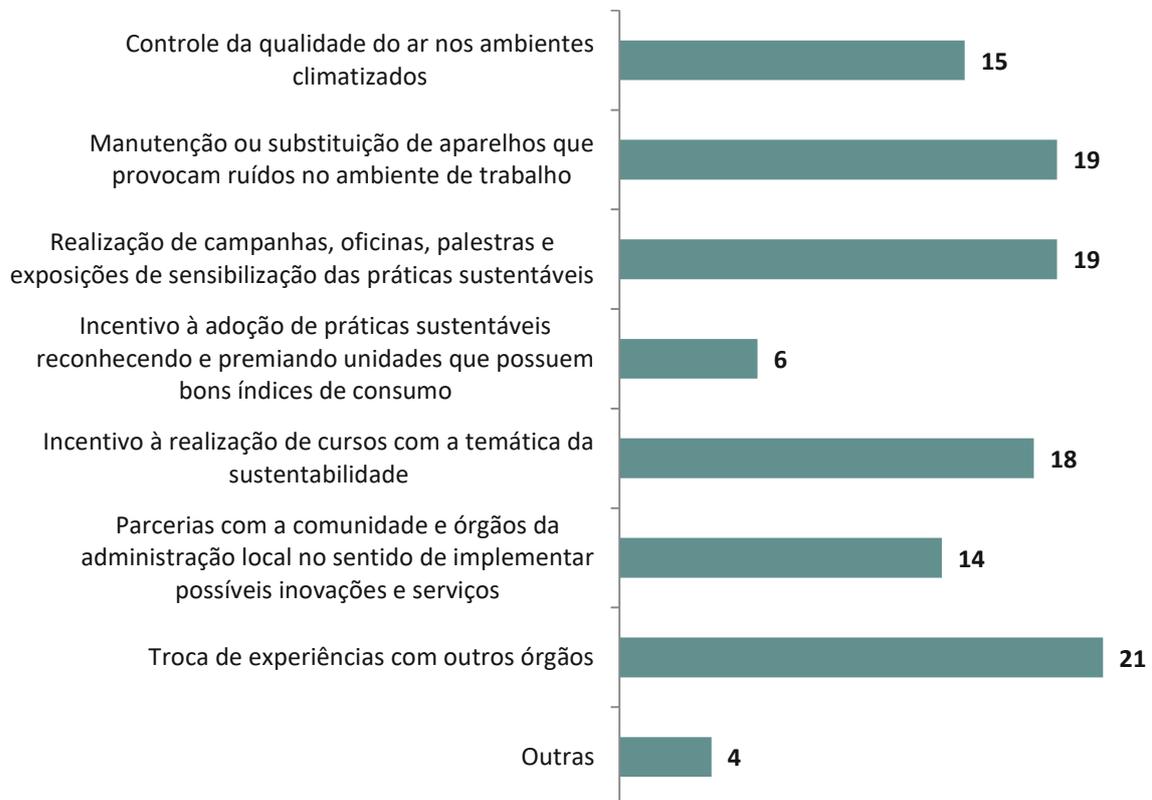
No que diz respeito à gestão de resíduos sólidos, 22 TRTs já possuem coleta seletiva (seja diretamente com cooperativa de catadores, seja com o serviço de limpeza urbana). Observa-se também que a maior parte dos TRTs realiza o descarte correto dos resíduos de destinação específica, porém apenas 3 possuem iniciativa de compostagem dos resíduos orgânicos.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Plano de Logística Sustentável - PLS

► ITEM 15

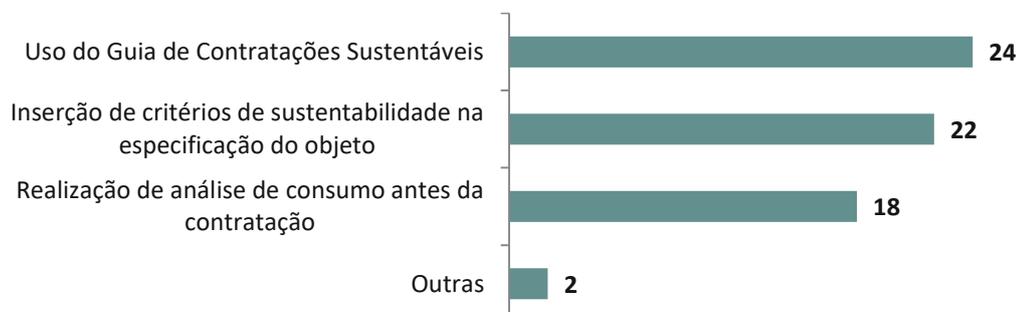
Boas práticas de qualidade de vida no trabalho realizadas pelos TRTs



O gráfico aponta que, dentre as boas práticas de qualidade de vida, as mais realizadas são a troca de experiência com outros órgãos, a substituição de aparelhos que provocam ruído, a realização de campanhas de sensibilização e a realização de cursos.

► ITEM 16

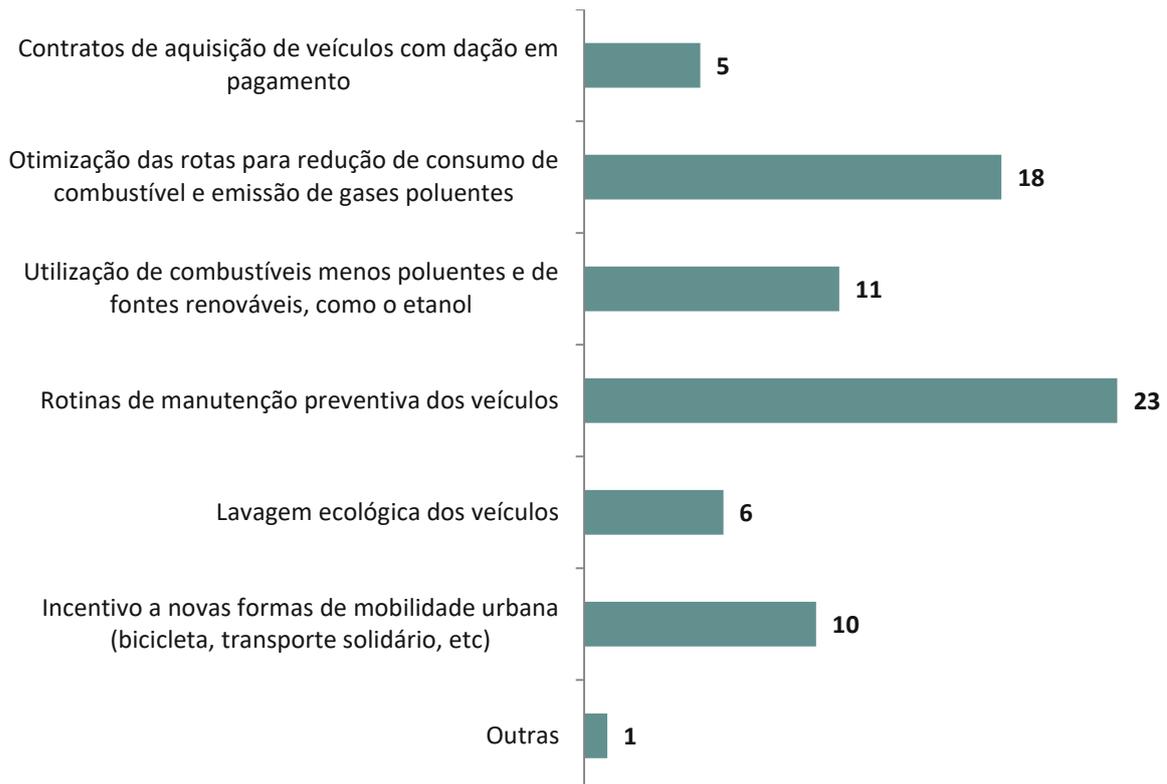
Boas práticas de contratações sustentáveis realizadas pelos TRTs



Conforme indica o gráfico acima, todos os TRTs fazem uso do Guia de Contratações Sustentáveis, enquanto 22 regionais afirmam inserir critérios de sustentabilidade na especificação dos objetos de licitação.

► ITEM 17

Boas práticas de deslocamento de pessoal, bens e materiais realizadas pelos TRTs

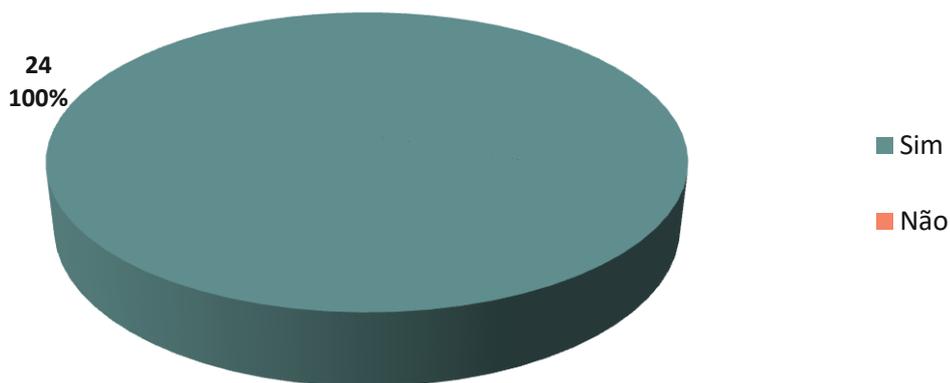


As boas práticas de deslocamento mais realizadas pelos TRTs são as rotinas de manutenção preventiva dos veículos e otimização das rotas para redução de consumo de combustível e emissão de gases poluentes. Ressalta-se que 10 TRTs possuem iniciativas de incentivo a novas formas de mobilidade urbana, como, por exemplo, o TRT da 2ª Região que possui o Clube da Carona disponível na Intranet para servidores e magistrados.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão
Socioambiental na Justiça do Trabalho
Plano de Logística Sustentável - PLS

► **ITEM 18**

TRTs que monitoram todos os indicadores mínimos para avaliação de desempenho ambiental e econômico do PLS elencados na Resolução CNJ Nº 201/2015



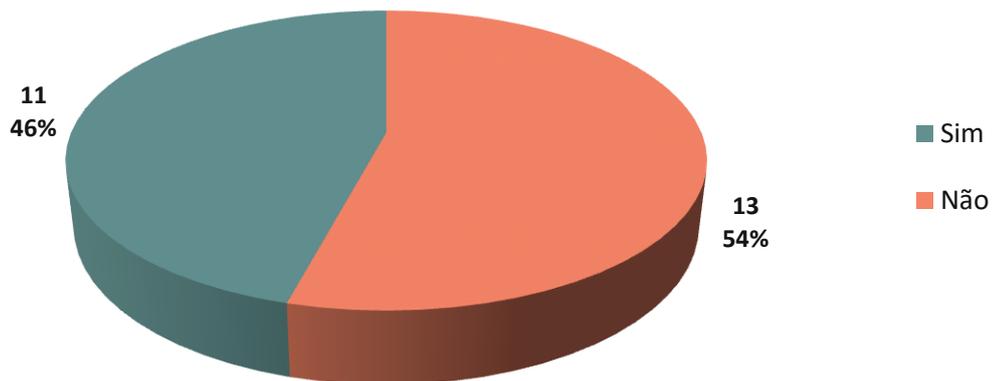
Todos os tribunais monitoram os indicadores mínimos para avaliação de desempenho ambiental e econômico do PLS elencados na Resolução CNJ Nº 201/2015.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Política de Responsabilidade Socioambiental

► ITEM 19

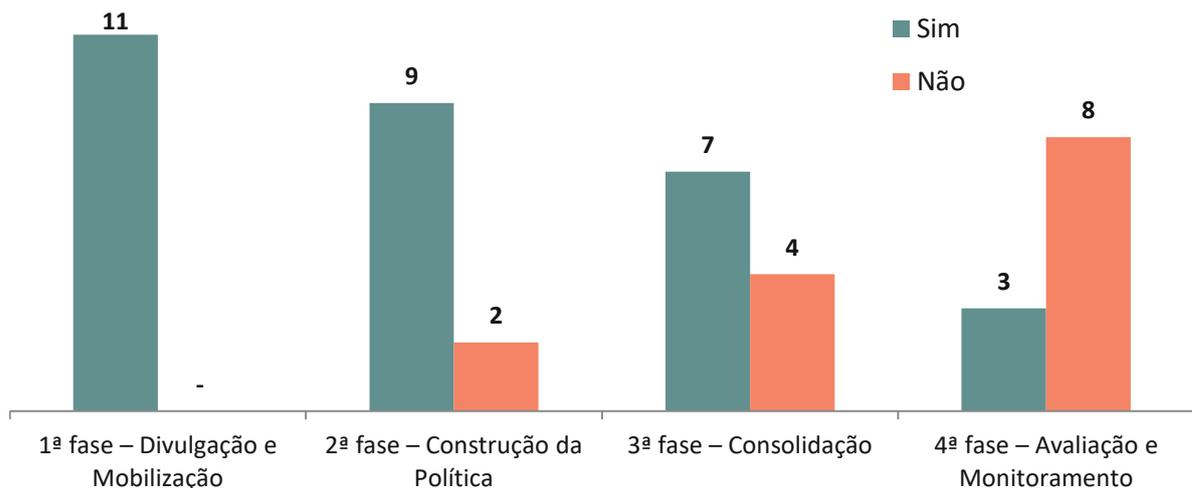
TRTs que iniciaram a elaboração da Política de Responsabilidade Socioambiental



O gráfico acima aponta que 13 tribunais (54%), mais da metade dos regionais, iniciaram a elaboração de suas políticas de responsabilidade socioambiental.

► ITEM 19.1

Quais fases previstas no Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/2014 já foram implementadas?



Dentre aqueles que já iniciaram a elaboração da Política de Responsabilidade Socioambiental, a maior parte implementou a 1ª, 2ª e 3ª fases. Apenas os TRTs da 3ª, 5ª e 14ª Regiões (MG, BA e RO/AC) implementaram todas as fases previstas, inclusive a 4ª fase, que corresponde ao monitoramento e avaliação da política.



CSJT

CONSELHO SUPERIOR DA
JUSTIÇA DO TRABALHO